



Qualis A3 ISSN: 2178-2008

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [DOAJ](#)

Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros



Estado-nação, Totalitarismo e Ordem Internacional no Século XX: transformações políticas entre as guerras mundiais e a Guerra Fria

Nation-State, Totalitarianism, and International Order in the Twentieth Century: Political Transformations between the World Wars and the Cold War

Gustavo Javier Castro

<https://orcid.org/0000-0002-7639-0514>

<http://lattes.cnpq.br/1091127369557989>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: gustavo@institutoprocessus.com.br

Alejandro Gabriel Olivieri

<https://orcid.org/0000-0003-1068-8614>

<http://lattes.cnpq.br/1921746316087755>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: aleoli61@gmail.com

Lourivânia de Lacerda Castro

<https://orcid.org/0000-0002-1331-563X>

<http://lattes.cnpq.br/2753561242350807>

Centro Universitário UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: lourivania.lacerda@institutoprocessus.com.br



Informações da publicação

ISSN: 2178-2008

Recebido em: 15-04-2026

Aceito em: 25-06-2026

Publicado em: 01-07-2026

Palavras-chave:

Estado-nação;

Totalitarismo;

Guerra Fria;

Relações Internacionais;

Soberania.

Keywords:

Nation-State;

Totalitarianism;

Cold War;

International Relations;

Sovereignty.

Resumo

O presente artigo analisa a trajetória do Estado-nação ao longo do século XX, enfatizando a relação entre a consolidação dos nacionalismos, o surgimento dos regimes totalitários e as transformações da ordem internacional decorrentes das guerras mundiais e da Guerra Fria. Inicialmente, discute-se o processo de fortalecimento do Estado-nação na Europa, destacando a centralidade dos conceitos de soberania, identidade nacional e centralização política na construção das instituições modernas. Em seguida, examina-se o fenômeno do totalitarismo como uma forma específica de organização política caracterizada pela concentração do poder estatal, pela mobilização ideológica das massas e pela supressão das liberdades políticas e individuais. São analisadas as experiências do fascismo italiano, do nacional-socialismo alemão, do stalinismo soviético e do maoísmo chinês, evidenciando suas semelhanças estruturais e diferenças ideológicas. Posteriormente, o estudo aborda os impactos da Primeira e da Segunda Guerra Mundial na reorganização das relações internacionais, bem como a emergência de uma ordem bipolar liderada pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Por fim, analisa-se a Guerra Fria como elemento estruturador do sistema internacional na segunda metade do século XX, destacando a disputa ideológica entre os blocos, a corrida armamentista, os conflitos periféricos e os desafios impostos à soberania estatal pela crescente atuação das organizações internacionais. Conclui-se que o século XX representou um período de profundas transformações políticas, cujos efeitos continuam influenciando a organização do poder e das relações internacionais na contemporaneidade.

Abstract

This article analyzes the trajectory of the nation-state throughout the twentieth century, emphasizing the relationship between the consolidation of nationalism, the emergence of totalitarian regimes, and the transformations of the international order resulting from the World Wars and the Cold War. Initially, the study discusses the process of strengthening the nation-state in Europe, highlighting the centrality of sovereignty, national identity, and political centralization in the construction of modern institutions. It then examines totalitarianism as a specific form of political organization characterized by the concentration of state power, the ideological mobilization of the masses, and the suppression of political and individual freedoms. The experiences of Italian Fascism, German National Socialism, Soviet Stalinism, and Chinese Maoism are analyzed, emphasizing both their structural similarities and ideological differences. Subsequently, the article addresses the impacts of the First and Second World Wars on the reorganization of international relations, as well as the emergence of a bipolar order led by the United States and the Soviet Union. Finally, it examines the Cold War as the main organizing element of the international system during the second half of the twentieth century, highlighting ideological rivalry, the arms race, proxy conflicts, and the challenges posed to state sovereignty by the growing role of international organizations. The article concludes that the twentieth century was a period of profound political transformation whose effects continue to shape power structures and international relations in the contemporary world.

1. Introdução

O século XX representou um dos períodos mais complexos e transformadores da história política contemporânea. As estruturas estatais consolidadas ao longo do século XIX foram submetidas a profundas tensões decorrentes das guerras mundiais, das revoluções sociais, do surgimento dos regimes totalitários e da reorganização do sistema internacional. Nesse contexto, o Estado-nação, concebido como a principal forma de organização política da modernidade, assumiu um papel central na configuração das relações de poder tanto no plano interno quanto no cenário internacional.

A consolidação do Estado-nação esteve diretamente associada ao fortalecimento dos conceitos de soberania, identidade nacional e pertencimento político. Tais elementos, que contribuíram para a formação das modernas comunidades políticas, também favoreceram o desenvolvimento de formas extremas de nacionalismo que, em determinadas circunstâncias históricas, serviram de fundamento para regimes autoritários e totalitários. O século XX testemunhou, assim, sobretudo na sua primeira metade, a ascensão de experiências políticas caracterizadas pela concentração absoluta do poder estatal, pela supressão das liberdades individuais e pela mobilização ideológica das massas em torno de projetos políticos totalizantes.

Paralelamente, os conflitos globais ocorridos entre 1914 e 1945 alteraram profundamente a estrutura do sistema internacional. A Primeira Guerra Mundial contribuiu para o colapso de antigas monarquias europeias e para a emergência de novas formas de organização política, enquanto a Segunda Guerra Mundial consolidou uma nova ordem internacional marcada pela bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética. A partir desse momento, as relações internacionais passaram a ser condicionadas pela lógica da Guerra Fria, fenômeno que influenciou decisivamente a política mundial durante a segunda metade do século XX.

O presente artigo tem por objetivo analisar a trajetória do Estado-nação ao longo do século XX nas sociedades ocidentais, enfatizando a emergência dos regimes totalitários e as transformações ocorridas na ordem internacional após as guerras mundiais. Busca-se compreender de que maneira o fortalecimento da questão nacional, a expansão dos totalitarismos e a consolidação da bipolaridade contribuíram para redefinir as estruturas políticas contemporâneas e os limites da soberania estatal.

2. O Estado-nação e a questão nacional no início do século XX

A formação do Estado-nação constitui um dos fenômenos centrais da modernidade política. Sua origem e consolidação resultaram de um longo processo histórico que envolveu a centralização do poder político, a delimitação territorial, a construção de identidades nacionais e o fortalecimento da soberania estatal. Ao longo do século XIX, esse modelo tornou-se predominante na Europa e passou a servir como referência para a organização política de diversas sociedades.

A ascensão do Estado-nação esteve intimamente relacionada ao desenvolvimento do sentimento de nacionalidade. A ideia de que indivíduos pertencentes a uma mesma comunidade histórica, cultural e linguística deveriam constituir uma unidade política favoreceu a formação de Estados cada vez mais centralizados. Nesse contexto, o nacionalismo desempenhou papel fundamental na legitimação das instituições estatais e na consolidação dos vínculos entre governo e população.

Durante o século XIX, a Europa ocupou uma posição de destaque no sistema internacional. As grandes potências europeias exerciam ampla influência política, econômica e militar sobre o resto do mundo, especialmente por meio da expansão colonial. Entre essas potências, destacava-se o Reino Unido, cuja supremacia econômica e naval sustentava um vasto império colonial e lhe conferia posição privilegiada na política internacional.

No plano institucional, observou-se a expansão das monarquias constitucionais em diversos países europeus. Esse modelo procurava conciliar a autoridade monárquica com mecanismos representativos e limitações jurídicas ao exercício do poder. Em grande parte da Europa, as *monarquias constitucionais* consolidaram-se como forma predominante de governo ao final do século XIX, contribuindo para a estabilidade política de diversos Estados.

Entretanto, as transformações econômicas, sociais e políticas que marcaram a transição para o século XX produziram tensões que colocariam em xeque a estabilidade do sistema europeu. O fortalecimento dos nacionalismos, as rivalidades entre potências, a competição imperialista e os conflitos sociais internos criaram condições para a eclosão de crises de grande magnitude. Essas tensões alcançariam seu ponto culminante com a Primeira Guerra Mundial, conflito que alteraria profundamente os rumos da política internacional e abriria espaço para o surgimento de novas formas de organização do poder estatal.

Foi nesse cenário de *instabilidade* que emergiram experiências políticas inéditas, caracterizadas pela ampliação extraordinária das capacidades de *intervenção do Estado sobre a sociedade*. Entre essas experiências, destacam-se os *regimes totalitários* que, ao longo do século XX, procuraram subordinar todas as dimensões da vida social, política, econômica e cultural aos objetivos definidos pelo poder estatal. A compreensão desse fenômeno exige uma análise específica de suas origens, características e fundamentos ideológicos. (Hobswam, 2013)

3. O fenômeno do totalitarismo

O totalitarismo constitui uma das experiências políticas mais significativas e controversas do século XX. Diferentemente das formas tradicionais de autoritarismo, os regimes totalitários caracterizam-se pela pretensão de controlar integralmente a sociedade, subordinando à autoridade estatal não apenas a esfera pública, mas também aspectos da vida privada dos indivíduos. Trata-se de uma forma de organização política na qual o Estado reivindica para si o monopólio da verdade, da representação política e da definição dos objetivos coletivos da sociedade.

A emergência dos regimes totalitários esteve diretamente relacionada às profundas transformações provocadas pela Primeira Guerra Mundial. O conflito exigiu a mobilização sem precedentes de recursos humanos, econômicos e institucionais, fortalecendo significativamente o papel do Estado. Em diversos países europeus, os governos passaram a intervir de maneira crescente na economia, na organização social e na vida cotidiana da população. Embora muitas dessas medidas fossem inicialmente justificadas pelas necessidades do esforço de guerra, o processo contribuiu para ampliar a capacidade de intervenção estatal e criar condições favoráveis ao surgimento de regimes caracterizados pela *concentração extrema do poder político*.

O conceito de totalitarismo surgiu no contexto italiano da década de 1920. Inicialmente utilizado por críticos do fascismo para denunciar a expansão ilimitada da autoridade estatal, o termo foi posteriormente incorporado pelos próprios ideólogos fascistas para descrever um Estado capaz de representar integralmente a nação e dirigir todos os aspectos da vida coletiva. A partir de então, o conceito passou a ser utilizado para caracterizar diferentes experiências políticas que, apesar de suas divergências ideológicas, compartilhavam estruturas institucionais semelhantes.

Entre as principais características dos regimes totalitários destaca-se a existência de um partido único responsável por monopolizar a representação política da sociedade. A pluralidade partidária é eliminada e todas as formas de oposição são proibidas ou severamente reprimidas. O partido do governo passa a atuar como instrumento de integração entre Estado e sociedade, controlando as principais instituições políticas e administrativas.

Outra característica fundamental consiste na *centralização* dos processos decisórios em um núcleo restrito de dirigentes. As decisões políticas deixam de ser tomadas por instituições representativas e passam a ser concentradas na liderança partidária, frequentemente personificada na figura de um *líder carismático* considerado indispensável à realização dos objetivos nacionais. Nesse contexto, desenvolve-se o fenômeno do culto à personalidade, por meio do qual a figura do governante é transformada em símbolo da *unidade nacional* e objeto de permanente exaltação pública.

Os regimes totalitários também se caracterizam pelo intenso uso da *propaganda política*. O controle dos meios de comunicação permite a difusão sistemática de valores, crenças e interpretações oficiais da realidade. A propaganda não apenas legitima o poder existente, mas busca moldar a consciência coletiva e produzir adesão ideológica aos objetivos do regime. Associada à propaganda, a censura restringe a circulação de ideias consideradas contrárias à ideologia oficial.

A *vigilância* permanente da população constitui outro elemento central dessas experiências políticas. Em diversos regimes totalitários foram criados sofisticados sistemas de polícia política encarregados de monitorar comportamentos, identificar opositores e neutralizar qualquer forma de dissidência. A repressão frequentemente envolvia prisões arbitrárias, perseguições políticas, deportações e, em muitos casos, o extermínio sistemático de grupos considerados inimigos do Estado. (Arendt, 2013)

3.1. Totalitarismos de direita e de esquerda

Embora compartilhem diversas características *institucionais*, os regimes totalitários do século XX apresentaram diferenças significativas em seus fundamentos ideológicos. De modo geral, é possível distinguir experiências associadas à extrema direita e experiências vinculadas à extrema esquerda.

Os totalitarismos de direita tiveram como principais exemplos o fascismo italiano e o nacional-socialismo alemão. Essas experiências enfatizavam valores como

nacionalismo, patriotismo, tradição, unidade nacional e hierarquia social. A propriedade privada foi preservada, embora submetida aos interesses definidos pelo Estado, e as relações econômicas foram organizadas por meio de mecanismos corporativos que buscavam integrar trabalhadores e empresários sob supervisão governamental.

Por outro lado, os totalitarismos de esquerda, representados principalmente pelo stalinismo soviético e pelo maoísmo chinês, fundamentaram-se na construção de sociedades socialistas inspiradas em *interpretações específicas* do marxismo. Nesses regimes, a propriedade privada dos meios de produção foi amplamente substituída pela *propriedade estatal ou coletiva*, enquanto a economia passou a ser organizada por meio de mecanismos de planejamento centralizado. A religião foi frequentemente marginalizada ou combatida, sendo considerada incompatível com os objetivos revolucionários do Estado socialista.

Apesar dessas diferenças, ambos os modelos convergiram em aspectos fundamentais, como a concentração do poder político, a eliminação da oposição, o controle dos meios de comunicação, a mobilização ideológica da população e a expansão da autoridade estatal sobre a vida social.

3.2. Fascismo, nazismo, stalinismo e maoísmo

O primeiro grande regime totalitário do século XX consolidou-se na Itália sob a liderança de Benito Mussolini. Chegando ao poder em 1922, o fascismo italiano desenvolveu um modelo político baseado no nacionalismo radical, na exaltação do Estado e na rejeição das *instituições políticas liberais*. O regime buscava restaurar a grandeza nacional italiana por meio da mobilização das massas e da centralização do poder político.

Na Alemanha, o nacional-socialismo liderado por Adolf Hitler alcançou o poder em 1933, em um contexto marcado pela crise econômica, pela instabilidade política e pelas consequências do Tratado de Versalhes, após a derrota alemã na primeira Guerra Mundial. O regime nazista compartilhou diversas características do fascismo italiano, mas incorporou uma dimensão *racial* particularmente intensa, fundamentada na crença da superioridade da chamada raça ariana. Essa concepção serviu de justificativa para políticas de perseguição, segregação e extermínio que culminaram no Holocausto.

Na União Soviética, o regime liderado por Josef Stalin consolidou-se após a morte de Vladimir Lenin. Sob sua liderança, o Estado soviético ampliou significativamente os mecanismos de controle político e social, promovendo processos de coletivização agrícola, industrialização acelerada e repressão sistemática aos adversários reais ou supostos do regime. O stalinismo tornou-se uma das experiências mais influentes e controversas do socialismo marxista no século XX.

Na China, a vitória da Revolução de 1949 conduziu Mao Zedong ao poder e inaugurou um novo modelo de organização política baseado na liderança do Partido Comunista Chinês. O maoísmo promoveu profundas transformações econômicas e sociais, especialmente no campo, ao mesmo tempo em que desenvolveu mecanismos de mobilização ideológica e controle político que marcaram a trajetória da República Popular da China durante grande parte do século XX e que continuam até hoje.

Embora distintos em suas *bases ideológicas*, fascismo, nazismo, stalinismo e maoísmo demonstram como diferentes projetos políticos podem convergir para formas semelhantes de *concentração* do poder e de *subordinação* da sociedade ao Estado. O estudo dessas experiências constitui elemento fundamental para a compreensão das crises políticas que marcaram o século XX e dos desafios enfrentados pelas democracias contemporâneas.

4. As duas Guerras Mundiais e a Crise da Ordem Europeia na primeira metade do século XX

As duas Guerras Mundiais constituem marcos fundamentais para a compreensão das transformações políticas ocorridas no século XX. Além de provocarem destruição material sem precedentes e elevadíssimo número de vítimas humanas, esses conflitos alteraram profundamente a estrutura do sistema internacional, redefiniram as relações de poder entre os Estados e contribuíram para o surgimento de novas formas de organização política. (Bobbio, 2017)

4.1. A Primeira Guerra Mundial e o colapso da Europa liberal

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) representou uma ruptura histórica de grandes proporções. Embora conflitos armados tenham acompanhado toda a trajetória da humanidade, a guerra iniciada em 1914 distinguiu-se por seu alcance global, pela mobilização massiva de recursos humanos e materiais e pelo emprego de tecnologias militares inéditas.

O conflito teve origem em um contexto marcado pela rivalidade entre as grandes potências europeias, pela expansão dos nacionalismos, pela competição imperialista e pela formação de complexos sistemas de alianças militares. O assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do Império Austro-Húngaro, em Sarajevo, serviu como elemento desencadeador de tensões acumuladas ao longo de décadas.

Pela primeira vez, a guerra assumiu proporções verdadeiramente mundiais. Milhões de soldados foram mobilizados e novas tecnologias transformaram radicalmente os métodos de combate. O emprego de submarinos, tanques de guerra, aviação militar, armas químicas e sistemas avançados de comunicação ampliou significativamente a capacidade destrutiva dos exércitos.

As consequências políticas da guerra foram igualmente profundas. O conflito provocou o colapso de importantes impérios europeus, entre eles os impérios Alemão, Austro-Húngaro, Russo e Otomano. A crise das estruturas políticas tradicionais abriu espaço para processos revolucionários e para o surgimento de novas experiências políticas, entre as quais se destaca a Revolução Russa de 1917.

Além disso, a guerra fortaleceu a intervenção estatal na economia e na sociedade. A necessidade de coordenar a produção industrial, organizar a mobilização militar e administrar recursos estratégicos ampliou consideravelmente as capacidades administrativas dos governos. Esse processo contribuiu para o fortalecimento do Estado moderno e criou condições que, posteriormente, favoreceriam a ascensão dos regimes totalitários.

4.2. O Tratado de Versalhes e a instabilidade do período entreguerras

O encerramento da Primeira Guerra Mundial não significou o restabelecimento da estabilidade internacional. Ao contrário, muitos dos problemas que haviam contribuído para o conflito permaneceram presentes ou foram agravados pelas condições impostas aos países derrotados.

O Tratado de Versalhes, assinado em 1919, estabeleceu severas restrições políticas, territoriais e econômicas à Alemanha. As reparações financeiras impostas ao país, associadas às dificuldades econômicas do período entreguerras, alimentaram sentimentos de humilhação nacional e descontentamento social que seriam posteriormente explorados pelos movimentos nacionalistas radicais (ex. nazismo). Paralelamente, a década de 1920 e, sobretudo, a crise econômica iniciada em 1929 produziram um cenário de instabilidade que afetou grande parte do mundo. O

desemprego em massa, a retração econômica e o enfraquecimento das instituições democráticas criaram condições favoráveis para o crescimento de movimentos políticos que prometiam restaurar a ordem, a prosperidade e a grandeza nacional.

Foi nesse contexto que regimes totalitários conquistaram espaço em diversos países europeus. O fascismo consolidou-se na Itália sob a liderança de Benito Mussolini, enquanto o nacional-socialismo ascendeu ao poder na Alemanha sob a liderança de Adolf Hitler. Em ambos os casos, a *crise econômica* e a *insatisfação popular* desempenharam papel decisivo na *legitimação* de projetos políticos totalitários.

Outro importante desdobramento do pós-guerra foi a criação da Liga das Nações, organização internacional concebida com o objetivo de promover a cooperação entre os Estados e evitar novos conflitos armados. Embora representasse uma inovação significativa na diplomacia internacional, a Liga demonstrou limitações importantes, especialmente pela ausência de mecanismos eficazes de contenção das agressões promovidas pelas potências revisionistas durante a década de 1930.

4.3. A Segunda Guerra Mundial e a transformação da ordem internacional

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ampliou de maneira dramática os processos iniciados pela Primeira Guerra. O conflito começou com a invasão da Polônia pela Alemanha nazista, mas rapidamente assumiu dimensões globais, envolvendo países de todos os continentes e mobilizando recursos militares em escala sem precedentes. O confronto opôs, de um lado, as Potências do Eixo, lideradas pela Alemanha, Itália e Japão, e, de outro, os Aliados, cuja composição variou ao longo do conflito, mas que tiveram como principais protagonistas Reino Unido, União Soviética, Estados Unidos, França e China.

A guerra caracterizou-se pela intensificação da violência em níveis desconhecidos até então. Os avanços tecnológicos ampliaram a capacidade destrutiva dos exércitos e aproximaram o conflito das populações civis. Bombardeios estratégicos, deslocamentos forçados de populações, perseguições políticas e étnicas e o genocídio promovido pelo regime nazista produziram consequências humanas de enorme magnitude. O término da guerra marcou também o início da era nuclear. O lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki inaugurou uma nova etapa da história internacional, caracterizada pela possibilidade concreta de destruição em escala planetária. A partir desse momento, a posse de armamentos nucleares tornou-se um dos principais elementos de poder nas relações internacionais.

Do ponto de vista político, a Segunda Guerra Mundial acelerou o declínio da centralidade europeia no sistema internacional. As antigas potências continentais emergiram profundamente enfraquecidas do conflito, enquanto Estados Unidos e União Soviética consolidaram-se como as duas principais superpotências globais.

A guerra também estimulou a criação de novos mecanismos de governança internacional. Em 1945 foi fundada a Organização das Nações Unidas (ONU), instituição concebida para promover a cooperação internacional, preservar a paz e criar espaços permanentes de negociação entre os Estados. Embora marcada por assimetrias de poder, especialmente em sua estrutura decisória no Conselho de Segurança, no qual estavam representados com voto e poder de veto apenas os ganhadores da guerra, a ONU tornou-se um dos pilares da ordem internacional contemporânea.

Dessa forma, as duas guerras mundiais não apenas alteraram o equilíbrio de poder entre os Estados, mas transformaram profundamente as bases políticas, econômicas e institucionais da sociedade internacional. O sistema resultante dessas transformações seria consolidado no contexto da Guerra Fria, período em que a bipolaridade entre

Estados Unidos e União Soviética passou a orientar grande parte das relações internacionais da segunda metade do século XX.

5. A Nova Ordem Internacional após 1945

O término da Segunda Guerra Mundial marcou o início de uma nova etapa na história das relações internacionais. A destruição provocada pelo conflito, o enfraquecimento das antigas potências europeias e a ascensão de novos centros de poder alteraram profundamente a estrutura do sistema internacional. A partir de 1945 consolidou-se uma ordem mundial caracterizada pela bipolaridade política e ideológica, pela ampliação das organizações internacionais e pela progressiva descolonização da África e da Ásia.

A principal transformação observada nesse período foi o *deslocamento* do centro do poder mundial. Durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, as principais decisões políticas e econômicas internacionais estavam concentradas nas grandes potências europeias. Após a guerra, entretanto, o protagonismo europeu foi substituído pela liderança exercida por duas superpotências: os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

A emergência dessas *superpotências* inaugurou uma nova configuração *geopolítica*. Diferentemente do *sistema multipolar* que caracterizara o século XIX, o mundo passou a organizar-se em torno de dois grandes polos de poder. Cada um deles representava não apenas interesses estratégicos distintos, mas também projetos ideológicos, econômicos e sociais concorrentes. Essa *bipolaridade* tornou-se o elemento estruturante da política internacional durante grande parte da segunda metade do século XX.

Outra característica fundamental da nova ordem internacional foi o fortalecimento das *organizações internacionais*. A experiência traumática das duas Guerras Mundiais reforçou a percepção de que os mecanismos tradicionais da diplomacia eram insuficientes para garantir a estabilidade global. Nesse contexto, foi criada, em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU), concebida como instrumento destinado à preservação da paz, à promoção da cooperação internacional e à resolução pacífica dos conflitos entre os Estados.

A ONU representou um avanço significativo em relação à antiga Liga das Nações. Sua estrutura institucional buscou *combinar* princípios de *igualdade soberana* entre os Estados com mecanismos destinados a assegurar a participação das principais potências na *manutenção da segurança internacional*. A Assembleia Geral foi organizada segundo o princípio da igualdade formal entre os Estados, atribuindo a cada país o direito a um voto. O Conselho de Segurança, paralelamente, recebeu competências especiais (poder de veto e decisões por unanimidade) em matéria de paz e segurança internacional.

Com efeito, a estrutura decisória da ONU refletiu as *relações de poder existentes* ao final da Segunda Guerra Mundial. Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança - Estados Unidos, União Soviética (posteriormente sucedida pela Rússia), Reino Unido, França e China - receberam o direito de veto sobre as principais resoluções da organização. Dessa forma, a instituição passou a combinar *elementos de representação universal com mecanismos que reconheçam a posição privilegiada das grandes potências vencedoras do conflito*.

Além das transformações políticas, a ordem internacional do pós-guerra também foi marcada pela reorganização da economia mundial. Em 1944, ainda durante o conflito, a Conferência de Bretton Woods estabeleceu os fundamentos do novo sistema financeiro internacional. Foram criadas instituições destinadas a promover a estabilidade monetária e a reconstrução econômica dos países afetados pela guerra, entre elas o Fundo Monetário

Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, posteriormente conhecido como Banco Mundial. Essas instituições desempenharam papel central na estruturação da economia internacional do pós-guerra, contribuindo para a expansão do comércio global e para a consolidação de uma ordem econômica fortemente influenciada pelas potências ocidentais.

Outro processo decisivo desse período foi a *descolonização*. O enfraquecimento das potências europeias, associado ao fortalecimento dos movimentos nacionalistas nas colônias, levou à gradual dissolução dos grandes impérios coloniais. Ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, dezenas de novos Estados conquistaram a independência política, sobretudo na África e na Ásia. A descolonização ampliou significativamente o número de atores presentes no sistema internacional. Novos Estados soberanos passaram a participar das organizações internacionais e a reivindicar espaço nas decisões globais. Esse processo contribuiu para a *diversificação* da sociedade internacional e a emergência de novas agendas políticas relacionadas ao desenvolvimento econômico, à autodeterminação dos povos e à superação das desigualdades entre países.

Nesse contexto, surgiu também a expressão "Terceiro Mundo", utilizada para designar os países que não pertenciam diretamente a nenhum dos dois grandes blocos da Guerra Fria. Muitos desses Estados procuraram construir uma posição autônoma no cenário internacional por meio do Movimento dos Países Não Alinhados, iniciativa que buscava preservar certa independência diante da disputa entre Estados Unidos e União Soviética.

Em síntese, a nova ordem internacional estabelecida após 1945 caracterizou-se, portanto, pela coexistência de tendências aparentemente contraditórias. De um lado, observa-se a consolidação de estruturas globais de cooperação política e econômica; de outro, intensificaram-se as disputas ideológicas, políticas e estratégicas entre as duas superpotências. Essa tensão permanente encontraria sua expressão mais evidente no fenômeno que passou a ser conhecido como Guerra Fria.

6. A Guerra Fria e a Reorganização do Sistema Internacional

A Guerra Fria constituiu o principal elemento *estruturador* das relações internacionais entre 1945 e 1991. Embora não tenha produzido um confronto militar direto entre as duas superpotências da época, Estados Unidos e União Soviética, caracterizou-se por um estado permanente de tensão política, militar, econômica e ideológica que influenciou praticamente todos os acontecimentos relevantes da segunda metade do século XX.

A expressão "Guerra Fria" refere-se precisamente à ausência de um enfrentamento militar direto entre as duas superpotências. Tal circunstância não decorreu da inexistência de conflitos, mas da *percepção* de que uma guerra aberta entre os dois blocos poderia resultar na *destruição mútua assegurada* (MAD) em razão da capacidade nuclear acumulada por ambos os lados. Dessa forma, a rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética desenvolveu-se principalmente por meio da competição ideológica, da disputa por áreas de influência e da intervenção indireta em conflitos regionais.

A nova configuração internacional estabeleceu um *sistema bipolar*. De um lado, encontrava-se o bloco liderado pelos Estados Unidos, fundamentado nos princípios da democracia liberal representativa, da economia de mercado e da defesa da propriedade privada. Do outro lado, situava-se o bloco liderado pela União Soviética, baseado no socialismo de Estado, na economia planificada e na hegemonia política dos partidos comunistas.

Essa divisão ultrapassava as fronteiras da política internacional e refletia diferentes concepções acerca da organização da sociedade, do papel do Estado e da natureza dos direitos individuais e coletivos. Em consequência, a Guerra Fria não foi apenas uma disputa entre Estados, mas também um confronto entre *projetos* distintos de modernidade política e econômica.

6.1. A formação dos blocos internacionais

A consolidação da bipolaridade resultou na formação de alianças políticas e militares que procuravam garantir a *segurança* dos países vinculados a cada uma das superpotências. No bloco ocidental, liderado pelos Estados Unidos, foi criada, em 1949, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), uma aliança militar baseada no princípio da *defesa coletiva*. Em resposta à criação da OTAN, a União Soviética organizou, em 1955, o Pacto de Varsóvia, reunindo os países socialistas do Leste Europeu em uma estrutura militar equivalente. A Europa transformou-se, assim, no principal *espaço geopolítico* da disputa entre os dois blocos.

A divisão da Alemanha simbolizou de maneira particularmente expressiva essa realidade. Após a Segunda Guerra Mundial, o território alemão foi dividido em duas unidades políticas distintas: a República Federal da Alemanha, vinculada ao bloco ocidental, e a República Democrática Alemã, integrada ao bloco socialista. A construção do Muro de Berlim, em 1961, tornou-se um dos símbolos mais emblemáticos da divisão ideológica do mundo durante a Guerra Fria.

A existência desses blocos produziu um sistema internacional caracterizado pela delimitação de *zonas de influência* relativamente definidas. Tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética consideravam fundamental preservar a estabilidade política dos países inseridos em suas respectivas áreas de influência, o que frequentemente resultou em intervenções diretas ou indiretas em assuntos internos de outros Estados.

6.2. Corrida armamentista e dissuasão nuclear

Uma das características centrais da Guerra Fria foi a *corrida armamentista*. Após a utilização das bombas atômicas no Japão, nas cidades de Hiroshima e Nagasaki, iniciou-se uma intensa competição tecnológica e militar entre as superpotências. O desenvolvimento de armamentos nucleares tornou-se prioridade estratégica para ambos os lados.

Ao longo das décadas seguintes, Estados Unidos e União Soviética acumularam arsenais capazes de destruir o planeta diversas vezes. Essa situação produziu uma lógica estratégica baseada na *dissuasão nuclear*. Em termos práticos, cada superpotência procurava impedir um ataque inimigo demonstrando possuir capacidade suficiente para responder com força devastadora.

A chamada *doutrina da destruição mútua assegurada* tornou-se um dos pilares da estabilidade estratégica do período. Embora paradoxal, a existência de armamentos nucleares contribuiu para evitar um confronto militar direto entre as superpotências, uma vez que qualquer guerra dessa natureza poderia resultar na aniquilação de ambos os lados.

Entretanto, essa estabilidade permaneceu constantemente ameaçada por crises internacionais que aproximaram o mundo de uma guerra nuclear. O episódio mais conhecido ocorreu em 1962, durante a Crise dos Mísseis em Cuba. A instalação de mísseis soviéticos na ilha levou os Estados Unidos a impor um bloqueio naval e exigir sua retirada. Durante vários dias, a humanidade viveu sob o risco concreto de um conflito nuclear global. A crise foi solucionada por meio de negociações diplomáticas, evidenciando tanto os perigos quanto os limites da lógica bipolar.

6.3. Conflitos periféricos e guerras por procuração

Embora as superpotências evitassem confrontos diretos, a Guerra Fria manifestou-se intensamente em conflitos regionais. Esses confrontos ficaram conhecidos como *guerras por procuração*, pois envolviam atores locais apoiados militar, econômica ou politicamente pelos Estados Unidos ou pela União Soviética.

A Guerra da Coreia (1950-1953) foi um dos primeiros grandes conflitos desse tipo. A divisão da península coreana em dois Estados ideologicamente opostos transformou a região em palco da disputa entre os blocos. Embora o conflito tenha terminado com um armistício, a divisão da Coreia permanece até os dias atuais. Outro episódio fundamental foi a Guerra do Vietnã. Nesse conflito, os Estados Unidos envolveram-se diretamente na tentativa de impedir a expansão do comunismo no Sudeste Asiático. Após anos de intensos combates, o governo norte-americano retirou suas tropas e o Vietnã foi reunificado sob um governo socialista. O conflito produziu profundas consequências políticas, sociais e culturais, especialmente para a sociedade norte-americana.

A lógica da Guerra Fria também influenciou a política latino-americana. Em diversos países da região, a polarização ideológica favoreceu intervenções externas, golpes de Estado e a instalação de regimes autoritários. Tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética buscaram ampliar ou preservar suas áreas de influência por meio do apoio a governos e movimentos políticos alinhados aos seus respectivos interesses estratégicos.

Em resumo, a rivalidade bipolar ultrapassou o espaço europeu e adquiriu dimensão global, alcançando a Ásia, a África, o Oriente Médio e a América Latina.

6.4. A distensão e o fim da Guerra Fria

A partir da década de 1970, as relações entre as superpotências passaram por um período de relativa redução das tensões conhecido como *détente*. Esse processo foi favorecido pela percepção de que a continuidade da corrida armamentista gerava custos econômicos crescentes e riscos estratégicos excessivos. Durante esse período foram assinados diversos acordos de controle e limitação de armamentos nucleares. Embora a rivalidade entre os blocos permanecesse presente, ampliaram-se os mecanismos de diálogo diplomático e cooperação internacional.

Paralelamente, a República Popular da China passou a assumir papel cada vez mais relevante no cenário internacional. O crescimento econômico chinês e sua aproximação gradual com os Estados Unidos contribuíram para alterar parte das dinâmicas geopolíticas da Guerra Fria. Na década de 1980, a União Soviética enfrentou graves dificuldades econômicas e políticas. As reformas implementadas por Mikhail Gorbachev, associadas ao enfraquecimento do modelo soviético e ao crescimento das demandas por autonomia nas repúblicas que compunham a federação, aceleraram o processo de desagregação do bloco socialista.

O marco simbólico desse processo foi a queda do Muro de Berlim, em 1989. Dois anos depois, em dezembro de 1991, a União Soviética deixou oficialmente de existir. Com o desaparecimento de uma das superpotências, encerrou-se a estrutura bipolar que havia caracterizado a ordem internacional durante quase meio século. O fim da Guerra Fria inaugurou uma nova fase das relações internacionais. Os Estados Unidos emergiram como a principal potência global, enquanto novos desafios relacionados à globalização econômica, à integração regional e ao fortalecimento dos organismos internacionais passaram a ocupar posição central nos debates sobre o futuro do Estado-nação e da soberania estatal. Abre-se a fase de um sistema internacional *unipolar*.

7. Considerações Finais

A trajetória histórica do Estado-nação ao longo do século XX revela a complexidade dos processos políticos que marcaram a contemporaneidade. Consolidado durante o século XIX como principal forma de organização política da modernidade, o Estado-nação tornou-se o núcleo fundamental das relações de poder tanto no plano interno quanto no cenário internacional. Sustentado pelos princípios da soberania, da identidade nacional e da centralização política, esse modelo demonstrou extraordinária capacidade de adaptação diante das profundas transformações ocorridas ao longo do século passado.

Entretanto, a história do século XX também evidenciou os riscos inerentes à radicalização de determinados elementos constitutivos do Estado moderno. A exacerbação do nacionalismo, associada a contextos de crise econômica, instabilidade social e enfraquecimento das instituições democráticas, contribuiu para o surgimento dos regimes totalitários. Fascismo, nazismo, stalinismo e maoísmo, apesar de suas diferenças ideológicas, compartilharam a pretensão de subordinar integralmente a sociedade aos objetivos definidos pelo Estado e pelo partido dirigente, produzindo algumas das experiências políticas mais violentas da história contemporânea.

As duas guerras mundiais constituíram momentos decisivos desse processo. Além de provocarem destruição em escala sem precedentes, os conflitos contribuíram para a reconfiguração da distribuição global de poder e para o enfraquecimento da centralidade europeia na política internacional. O surgimento dos Estados Unidos e da União Soviética como superpotências inaugurou uma nova ordem internacional caracterizada pela bipolaridade, pela disputa ideológica e pela permanente tensão estratégica que definiu o período da Guerra Fria.

Ao mesmo tempo, a segunda metade do século XX assistiu à expansão das organizações internacionais, à intensificação dos processos de descolonização e ao surgimento de novos atores no sistema internacional. Tais transformações passaram a desafiar concepções tradicionais de soberania estatal, uma vez que os Estados-nações passaram a atuar em um ambiente cada vez mais interdependente, influenciado por instituições multilaterais, acordos internacionais e dinâmicas econômicas globais.

Nesse sentido, a análise do século XX demonstra que o Estado-nação permaneceu como unidade fundamental da organização política contemporânea, mas passou a conviver com novas formas de poder e de governança que transcendem as fronteiras nacionais. A compreensão dessa trajetória histórica é essencial para interpretar os desafios enfrentados pelas sociedades atuais, especialmente em um contexto marcado pela globalização, pela emergência de novos centros de poder e pelas constantes discussões acerca dos limites da soberania estatal.

Por fim, o estudo do totalitarismo, das guerras mundiais e da Guerra Fria evidencia a importância da preservação das instituições democráticas, do pluralismo político e dos mecanismos internacionais de cooperação. A experiência histórica do século XX demonstra que a concentração excessiva do poder, a intolerância ideológica e a negação das liberdades fundamentais podem produzir consequências devastadoras não apenas para os indivíduos, mas para toda a comunidade internacional. Assim, a reflexão sobre esse período permanece indispensável para a compreensão do presente e para a construção de formas mais estáveis, democráticas e pacíficas de organização política. (Forti,

8. Referências

AREDNT, Hanna. *Origens do Totalitarismo. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. SP: ed. Companhia de bolso, 2013.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991*. SP: ed. Companhia das Letras, 1995.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade. Fragmentos de um dicionário político*. RJ: ed. Paz e Terra, 2017.

FORTI, Steven. *Extrema derecha 2.0*. Madrid, ed. Siglo XXI, 2021.